

de autor

UMA ABORDAGEM À OBRA DE AUTORES PORTUGUESES IMPRESSA NO ESTRANGEIRO DURANTE O SÉCULO XVI*

Interrogações Iniciais

Comecemos por formular algumas questões sobre a presença e a projecção da cultura portuguesa no mundo do século XVI.

Quantos livros escritos por portugueses foram impressos fora das fronteiras nacionais?

Quantos autores lusitanos viram os seus livros saírem de prelos estrangeiros?

Que temas puderam os nacionais levar a uma Europa culta – pois, na verdade, o Mundo de que falamos quase se limitava às suas fronteiras –, que imprimiu e divulgou as suas obras?

Se, *a priori*, esperássemos resposta a estas questões, talvez alguns afirmassem que dezenas, outros, mais ousados, avançassem até às centenas de livros – livros como unidades físicas, entrando no seu cômputo as diferentes edições, e até mesmo os volumes de uma mesma obra, saídos em datas e momentos distintos.

Mencionariam uns quantos autores – Garcia da Horta, Pedro Nunes, Damião de Góis, André de Resende, Camões, Amato Lusitano, Leão Hebreu –; e talvez se aventurassem a João de Barros, a Fernão Lopes de Castanheda e até a Jerónimo Osório.

Quanto à temática, certamente que em primeiro lugar colocariam os descobrimentos e a expansão portuguesa no mundo, com toda a sua obra científica e divulgadora, onde entrariam os *Colóquios dos Simples e das Drogas* e os novos conhecimentos obtidos pela prática de navegar e de observar.

Mas terá sido esta na verdade a realidade? Ou tudo foi bastante mais complexo e diametralmente oposto a essa mesma hipotética realidade?

As Fontes.

Os elementos apresentados foram colhidos, quer directamente em bibliotecas nacionais e estrangeiras – públicas e privadas – quer de inventários dos respectivos espólios quer ainda da consulta de um vasto leque de catálogos de livrarias-alfarabistas e de leilões de livros antigos.

Em muitas bibliografias, aparecem registadas edições que nunca existiram, resultantes de eventuais gralhas nas anotações de datas, depois sucessivamente copiadas por novos bibliógrafos ao lado das correctas, resultando disso um falso número de edições que cada texto conheceu.

* Versão, em forma de ensaio, de um estudo em desenvolvimento, a publicar em livro, com a respectiva listagem.

Uma parte desse trabalho, ínfima é certo, tinha sido já elaborada e divulgada por Francisco Leite de Faria, na útil obra *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, quando, na quarta secção, inventariou uma parte das «obras de autores portugueses impressas no estrangeiro entre 1501 e 1550»¹. Mas coligiu apenas 274 «descrições», contra os cerca de 400 livros diferentes efectivamente produzidos na primeira metade do século XVI.

Atente-se, ainda, que a grande maioria destas obras não existe em bibliotecas nacionais o que implicou uma vasta e prolongada investigação.

Passemos ao desenvolvimento do tema, respondendo a cada uma das questões inicialmente formuladas e dando-lhe o respectivo enquadramento

Estudo

Comecemos por responder à pergunta: quantos livros escritos por portugueses foram impressos, fora de Portugal, durante o século XVI?

Pelo menos, e dizemos pelo menos porque temos a consciência de que o inventário ainda não está completo, 1 518 livros, isto é, obra original, reedições e traduções, impressos autonomamente.

A eles é necessário acrescentar mais 259 livros, na sua maioria colectivos, que incluem textos de autores portugueses ao lado de autores estrangeiros.

Um das vezes os estudos produzidos pelos lusitanos são complementares (caso da obra escrita por Pedro de Santarém, sobre seguros, que secundou, desde 1554, o tratado de Stracca, com 13 edições em conjunto por toda a Europa ou ainda as famosas *Cartas annuas*, indistintamente com cartas de jesuítas portugueses e espanhóis);

outras integram colectâneas de textos (caso na obra *Paesi Nouamente Retrouati*, que inclui, desde a sua primeira edição – Veneza, 1507 –, o relato escrito por um piloto português, anónimo, da viagem de Pedro Álvares Cabral, de Lisboa a Calecut, com dezenas de edições);

outras são pequenos contributos (o caso das poesias laudatórias escritas por André de Resende, ou Diogo Pires, ambas encomiásticas de Erasmo, publicadas na mesma obra, em Gand, em 1537);

outras, ainda, são quase como «adornos» (caso das poesias de Aires Barbosa dedicadas ao seu Mestre, que acompanham a obra de Nebrija).

O que, ao todo, perfaz cerca de 1 777 obras que levaram o nome dos autores lusitanos a todos os cantos do Mundo.

Este número é ainda mais extraordinário se comparado com a produção, coeva, impressa em Portugal. Dos prelos portugueses saíram apenas uns 1400 livros, entrando nesta contabilidade as diferentes edições de cartas de lei, de alvarás, das obras destinadas exclusivamente à administração pública e, também, os livros escritos por autores estrangeiros.

¹ Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977, pp. 237-498.

É, assim, substancialmente maior a produção de autores portugueses impressa no estrangeiro do que em Portugal.

Essa produção tem estado, na sua grande maioria, arredada e esquecida quando se estuda a cultura portuguesa.

Poder-se-ia argumentar que nem toda ela respeitou à cultura portuguesa. Muitas obras foram produzidas por nacionais que trabalhavam ou estavam radicados em terras estrangeiras. Mas haverá alguém que considere que a obra de Luís de Granada não pertence à cultura espanhola? E Frei Luís de Granada viveu grande parte da sua vida em Portugal e aqui escreveu os textos mais significativos, os que o transformaram num clássico da literatura castelhana.

É verdade que alguma da obra de nacionais publicada durante o século XVI será, em consciência, de abater ao cômputo.

Trata-se da oriunda de autores não contemporâneos: um Paulo Orósio, nascido em Braga, na pré-nacionalidade; um São Dâmaso; um Santo António; um Pedro Julião, que veio a ser o Papa João XXI; um André Dias, mais conhecido por André Dias de Escobar; ou ainda um Valesco de Taranta; e um Álvaro Pais. São obras que sobreviveram e pertenceram a uma cultura europeia ou, melhor dizendo, da Cristandade. Abatamos, assim, as 242 de sua autoria.

Ficamos ainda com dúvida se deveríamos ou não subtrair à lista as obras que incluíram apenas uma ou duas poesias laudatórias escritas por portugueses. Temos a consciência de que tais obras não alcançaram êxito e divulgação por esse facto. Hesitámos em contabilizar, por exemplo, António de Nebrija, cuja obra foi sistematicamente acompanhada por um texto encomiástico de Aires Barbosa. Optámos por a incluir porque, na verdade, essas obras do Gramático castelhano foram preparadas e divulgadas por este seu discípulo, logo constituindo também trabalho seu. É que, tirando-a, talvez tivéssemos de excluir textos que divulgaram alguns poemas de André de Resende ou de Diogo Pires, ou as músicas de Damião de Góis e de Vicente Lusitano.

Opções que justificamos assim mas que não fariam alterar, em quase nada, os números pois, no máximo, seriam abatidas menos de uma centena edições.

É pois sobre este universo de cerca de um milhar e meio de edições – 1 535 para sermos rigorosos – que continuaremos este estudo.

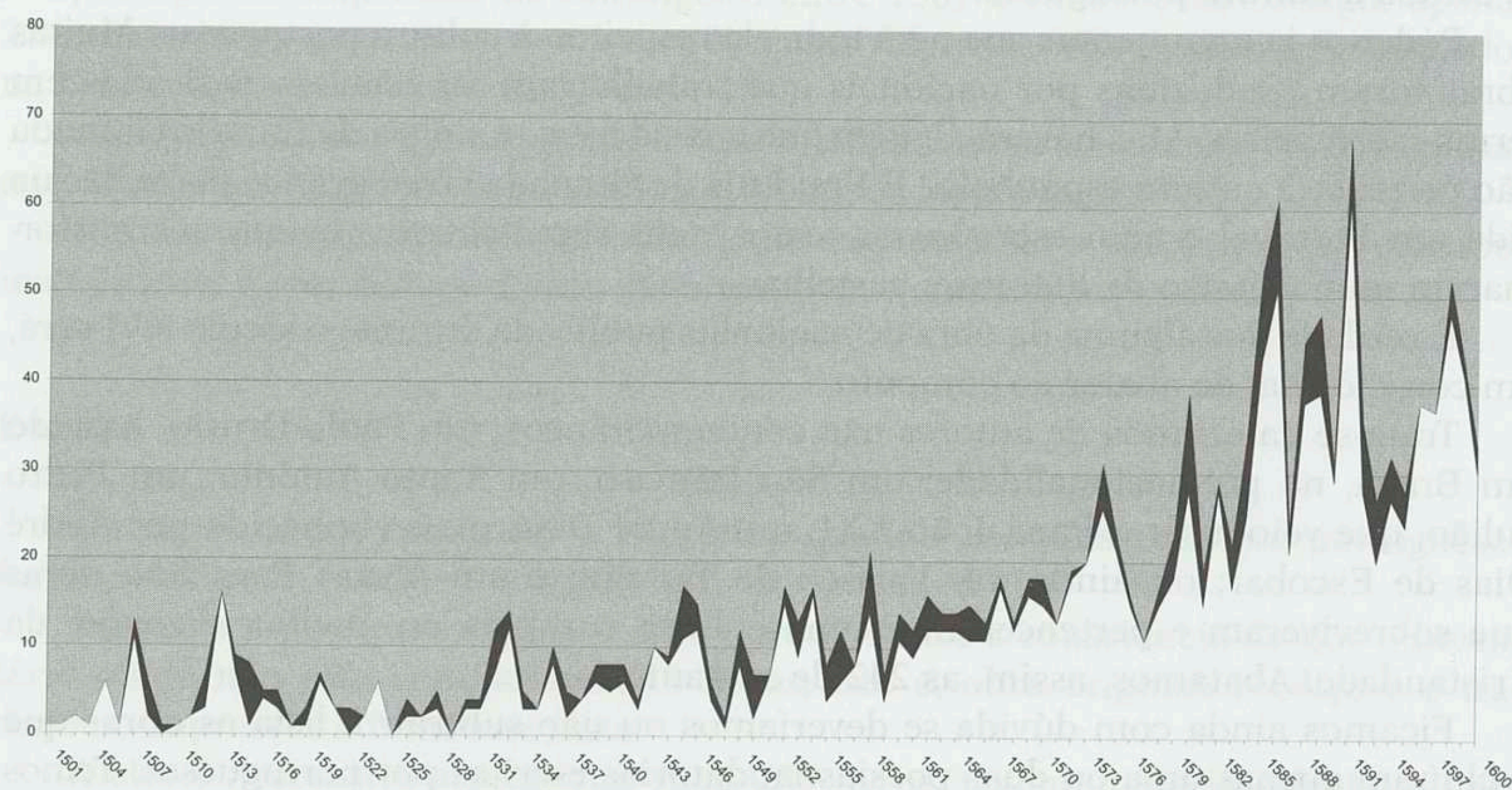
O comportamento no tempo

A produção de todos estes livros não foi, como não poderia ser, uniforme. Observemos, antes de avançar nas interpretações, a sua cronologia.

No gráfico n.º 1, registámos a produção anual, separando os livros que são apenas de portugueses (representados a branco) dos que foram editados contendo obra sua em conjunto com a de estrangeiros (representados a preto).

GRÁFICO N.º 1

Número de obras de autores portugueses publicadas no estrangeiro, ao longo do século XVI.



LEGENDA: Branco – obra exclusivamente de portugueses; Preto – obra de portugueses em conjunto com estrangeiros.

Como se pode observar, a edição de livros de autores portugueses conheceu um aumento gradual na primeira metade do século XVI e acelerado na segunda metade. Isto ficou-se a dever, por um lado, a reedições de obras que, mercê do êxito alcançado, concorriam com as novas produções – reforçando o seu número –, e por outro, ao aparecimento de trabalhos originais que interessavam o mercado internacional.

Número de livros de autores portugueses, publicados fora de Portugal, por anos, dentro de cada década

Anos	1501-10	1511-20	1521-30	1531-40	1541-50	1551-60	1561-70	1571-80	1581-90	1591-00
...1	1	2	3	4	8	7	12	13	19	68
...2	1	7	3	12	4	17	16	19	29	36
...3	2	16	2	14	10	13	14	20	22	27
...4	1	9	6	5	9	17	14	31	34	32
...5	6	8	0	3	17	8	15	23	53	28
...6	1	5	4	10	15	12	13	16	61	38
...7	13	5	2	5	6	8	18	11	24	37
...8	6	1	5	4	2	21	13	17	45	52
...9	1	3	0	8	12	7	18	23	48	43
...0	1	7	4	8	7	14	18	39	31	33
Totais	33	63	29	73	90	124	151	212	366	394

Os totais, por décadas, para além de acentuarem o crescimento registado na segunda metade do século de Quinhentos, mostram que foi nas últimas três décadas que ocorreu a maior produção (63% das edições).

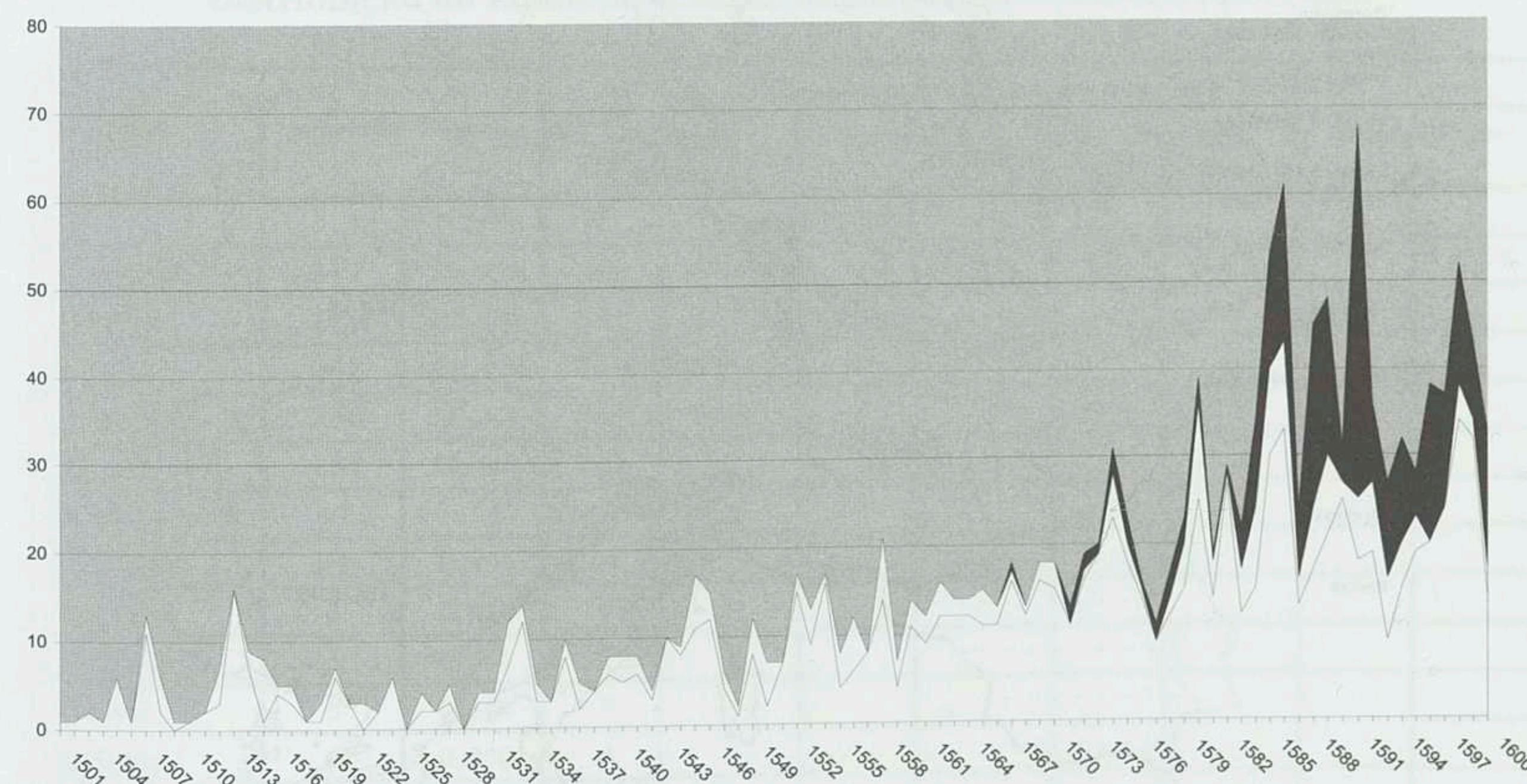
Estes totais, numa primeira impressão, podem levar a um erro, o de concluir que fora a união dinástica a incentivar as publicações no estrangeiro. É um facto que, nas décadas que se seguiram à União, se editaram 760 livros (49%); mas essa realidade deveu-se, pura e exclusivamente, ao êxito alcançado pelo conjunto de cinco obras que, pela sua natureza, conheceram múltiplas edições.

Entram neste conjunto os livros produzidos para o ensino, pelos jesuítas, e que se tornaram obrigatórios, pela sua excelência, em todos os colégios da Companhia de Jesus espalhados pela Europa; a saber: os de Manuel Álvares para o ensino da Gramática Latina, editados desde 1571 (82 edições); os de Pedro da Fonseca para o ensino da Dialéctica, desde 1567, seguidos pelos comentários à *Metafísica* de Aristóteles, desde 1577 (ao todo 28 publicações), comentários esses que foram completados por Manuel de Góis (perfazendo mais 28), e que se incluíram no famoso Curso Conimbricense. Ao todo, só destinadas ao ensino, foram 138 as publicações.

A obra de Filipe Dias, composta por oito volumes autónomos de parenética, integrada no novo espírito religioso, saído, em parte, do Concílio de Trento, com múltiplas edições, conheceu na totalidade 134 impressões, nas duas últimas décadas de Quinhentos, saídas nos prelos de Lyon, Salamanca e Veneza.

GRÁFICO N.º 2

Número de obras de autores portugueses publicadas no estrangeiro, ao longo do século XVI



LEGENDA: Branco – obra de portugueses (isolada ou em conjunto com estrangeiros); Preto – o volume das obras de Manuel Álvares, Pedro da Fonseca, Manuel Góis e Filipe Dias.

Observemos o quadro e façamos alguns comentários e esclarecimentos.

No panorama das unidades políticas dependentes de um mesmo suserano, era a Espanha que apresentava alguma vantagem, visto ter impresso 397 dos livros em estudo, ou seja 25,9% do total. A República de Veneza produziu 348 unidades (22,7%), enquanto os prelos de França foram responsáveis por 282 obras (18,4%) e os do Império por 266 (17,3%), seguindo-se os Estados da Igreja, com 181 livros (11,8%). Longe destes números vinham uma Inglaterra, com 17 obras, uma Florença, com 14, uma Polónia, com 6, uma Parma com 5, uma Mântua com 4, uma Módena e um Japão com 1 obra, apenas, cada um.

Mas não seria esta uma falsa realidade?

É que a «Espanha» da Península Ibérica foi responsável apenas por 18,6%, ou seja por 286 livros; os restantes surgiram, na quase totalidade, nos seus domínios flamengos e italianos.

Se, de cada um desses Estados, separarmos os territórios sob a sua influência ou administração, mas cujos interesses eram diferentes, encontraremos números porventura mais tradutores da realidade: uma Espanha, uma França e um Império com quase a mesma produção de obras de autores portugueses, variando entre os 18,6 e 14,3%.

O relevo vai então para a República de Veneza, responsável por 348 livros, 22,7%. Se a Veneza juntarmos as obras produzidas em toda a Itália, isto é, as de Florença, dos Estados da Igreja, de Mântua, do ducado de Milão, de Módena, do reino de Nápoles e Sicília e de Parma, encontramos 594 unidades, portanto 38,7%.

Será que o poder central teve alguma influência na produção dos livros? ou seriam antes as necessidades da cidade ou região a imporem essas edições?

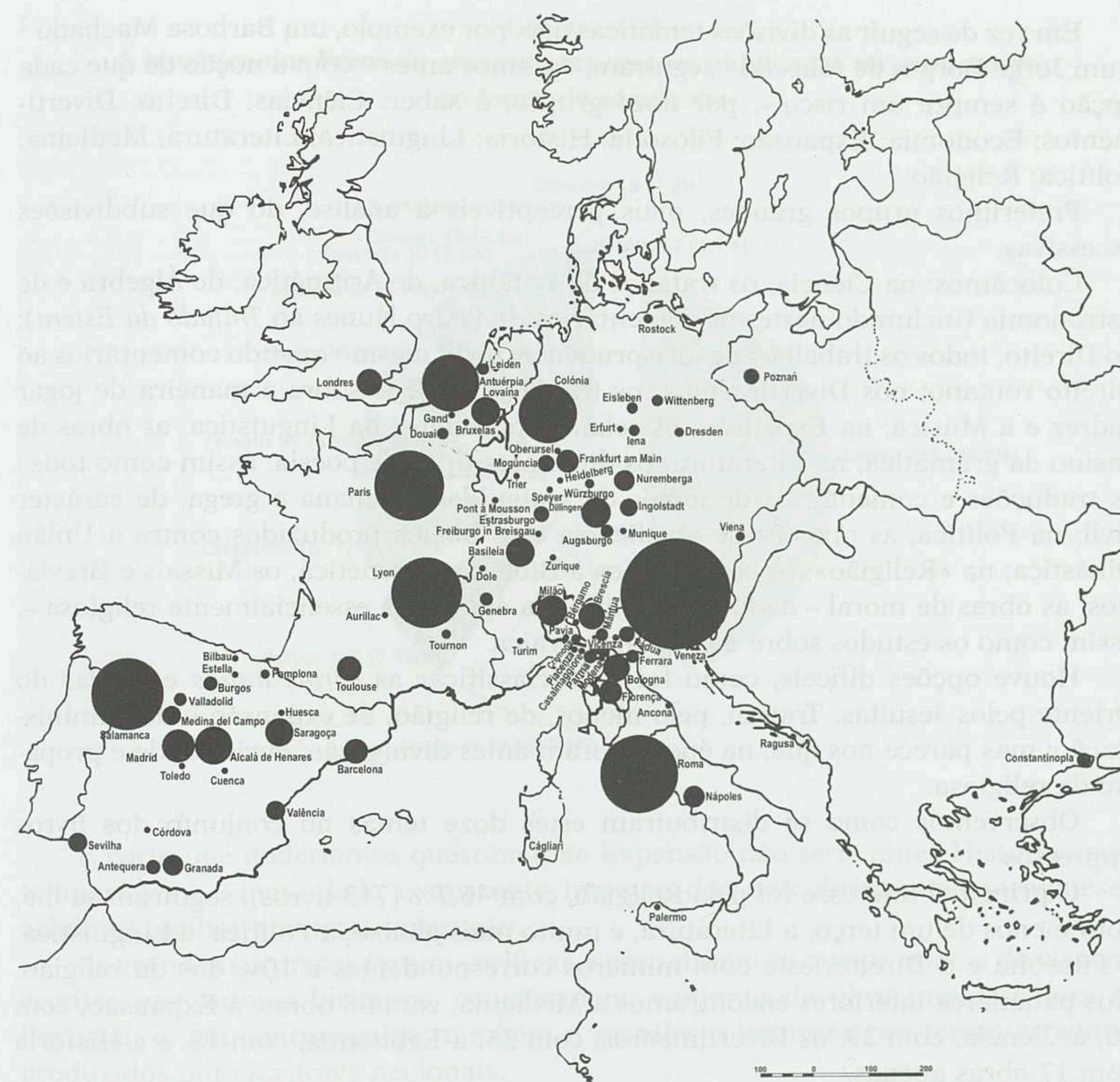
Talvez seja conveniente e útil observar a produção por cidades.

A impressão de livros de autores portugueses durante o século XVI alastrou a 85 cidades, das quais, curiosamente, apenas nove produziram mais de 25 obras cada, o que demonstra que havia um interesse generalizado pelos autores portugueses.

Era no Sacro-Império Romano-Germânico que existia a maior rede de produção, com um total de 27 localidades; seguiam-se a Espanha (Península Ibérica), com 19, e a França com 5.

A cidade de Veneza foi, em termos absolutos, o maior centro de impressões, com 322 unidades. Veio depois, com menos de metade, Roma, que viu sair dos seus prelos 157 obras. Salamanca, Lyon e Paris rivalizaram, numa terceira posição, com 132, 130 e 127 livros respectivamente. Seguiram-se Colónia e Antuérpia, com 90 e 89 edições, em cada cidade. Em lugar inferior, encontraram-se duas localidades da Espanha central, Alcalá de Henares e Madrid, com 36 e 27 livros.

Que dizer do resto? O mapa exposto na página seguinte talvez transmita melhor a realidade.



Entre as cidades que merecem ser distinguidas mencionem-se: Milão, com 24; Dillingen, com 23; Basileia e Lovaina, com 21 cada; Saragoça, com 20; Brescia, com 18; Bolonha e Londres, com 17 cada; Barcelona, com 15; Florença e Toulouse, com 14; Frankfurt am Main, com 13; Nápoles com 12; Granada; e Nuremberga com 11 livros cada.

Existiram, depois, 61 outras localidades, com produção inferior à dezena de livros, das quais 32 com a edição de uma obra apenas.

Os Interesses Temáticos.

Atentemos um pouco nas obras impressas nas localidades com maior produção. Diga-se desde já que, cronologicamente, o comportamento dos prelos variou, como variaram os interesses nas temáticas.

Em vez de seguir as divisões temáticas que, por exemplo, um Barbosa Machado ² e um Jorge Borges de Macedo ³ seguiram, optámos antes – com a noção de que cada opção é sempre um risco –, por doze grupos, a saber: Ciências; Direito; Divertimentos; Economia; Expansão; Filosofia; História; Linguística; Literatura; Medicina; Política; Religião.

Preferimos grupos grandes, mais perceptíveis à análise, do que subdivisões excessivas.

Colocámos: na Ciência, os tratados de Botânica, de Aritmética, de Álgebra e de Astronomia (incluindo nestes os comentários de Pedro Nunes ao *Tratado da Esfera*); no Direito, todos os trabalhos de jurisprudência civil, mesmo quando comentários ao Direito romano; nos Divertimentos, os tratados práticos sobre a maneira de jogar xadrez e a Música; na Expansão, os relatos de viagens; na Linguística, as obras de ensino da gramática; na Literatura, os diferentes tipos de poesia, assim como todas as traduções e comentários de textos da antiguidade romana e grega, de carácter civil; na Política, as orações de obediência e os libelos produzidos contra a União Dinástica; na «Religião», os comentários à Bíblia, a Parenética, os Missais e Breviários, as obras de moral – dado que a moral da época era essencialmente religiosa –, assim como os estudos sobre a religião hebraica.

Houve opções difíceis, como foi a de classificar as *cartas anuais* enviadas do Oriente pelos Jesuítas. Tratam, pelo menos, de religião, de expansão e de administração; mas parece-nos que, na época, foram antes divulgação, curiosidade e propaganda religiosa.

Observemos como se distribuíram estes doze temas no conjunto dos livros impressos.

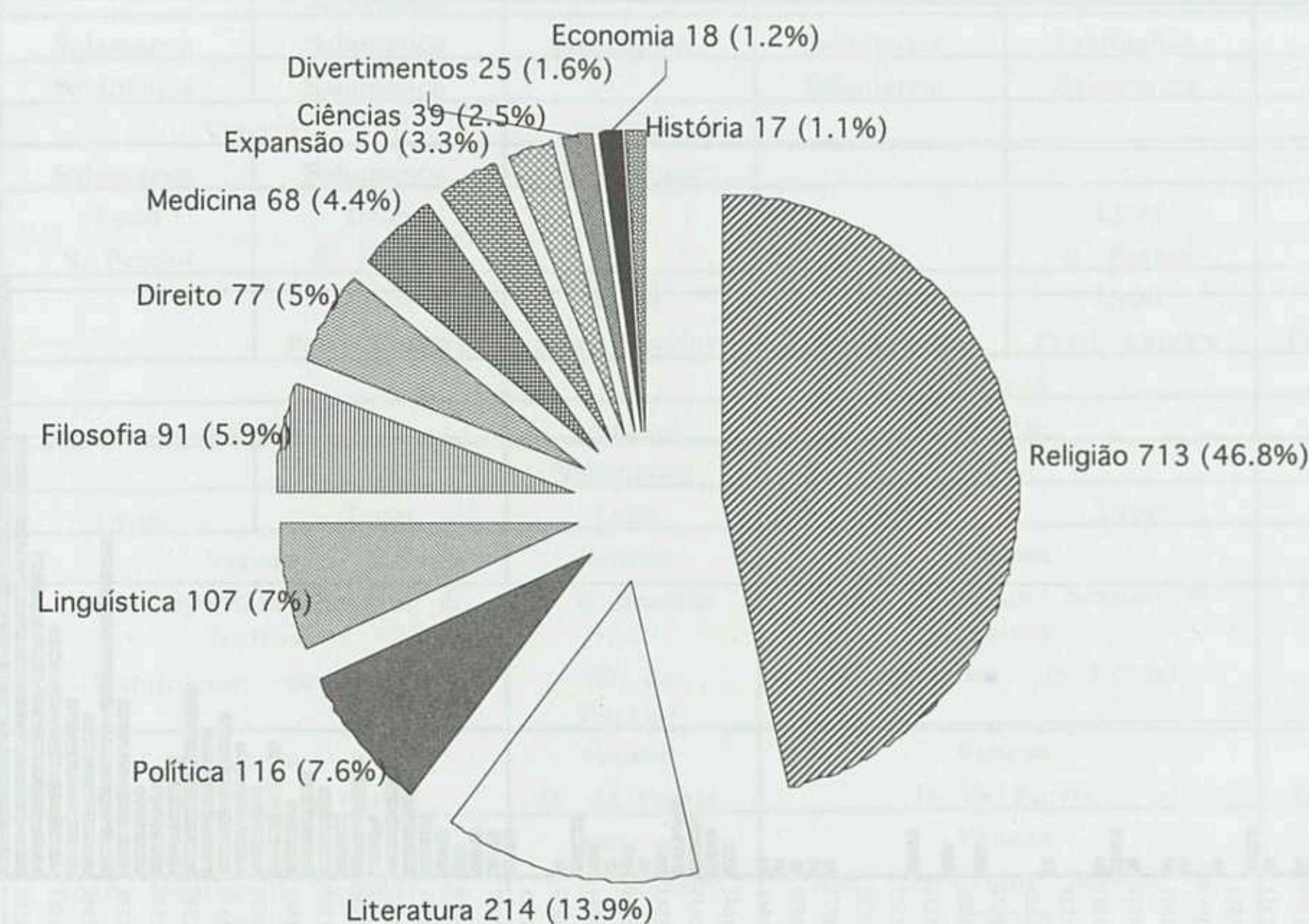
O principal interesse foi pela Religião, com 46,7% (713 livros); seguiram-se-lhe, com menos de um terço, a Literatura, e muito mais abaixo, a Política, a Linguística, a Filosofia e o Direito, este com números correspondentes a 10% dos da religião. Nos patamares inferiores encontramos a Medicina, com 68 obras, a Expansão, com 50, a Ciência, com 39, os Divertimentos, com 25, a Economia, com 18, e a História com 17 obras apenas.

² «Index ... das materias, em que escreverão os Authores, distribuidas nas seguintes classes». *Bibliotheca Lusitana*, Tomo IV, reimpressão, Coimbra Atlântida Editora, 1967, pp. 496-721

³ *Livros impressos em Portugal no século XVI: interesse e formas de mentalidade*, Paris, Fundação. Calouste Gulbenkian, 1975. Separata de *Arquivos do. Centro Cultural Português*, 9

GRÁFICO N.º 3

A temática dos livros de autores portugueses publicadas no estrangeiro, ao longo do século XVI



É certo que poderíamos questionar se Expansão não seria antes História «contemporânea»... mas, dado o aparente impacto dos descobrimentos portugueses, achámos melhor manter a separação.

As grandes surpresas foram: verificar o peso diminuto que os relatos de viagens, escritos por autores lusitanos, ocuparam no conjunto da obra impressa fora de Portugal; e, em contrapartida, também o manifesto interesse por temas religiosos produzidos por escritores nacionais.

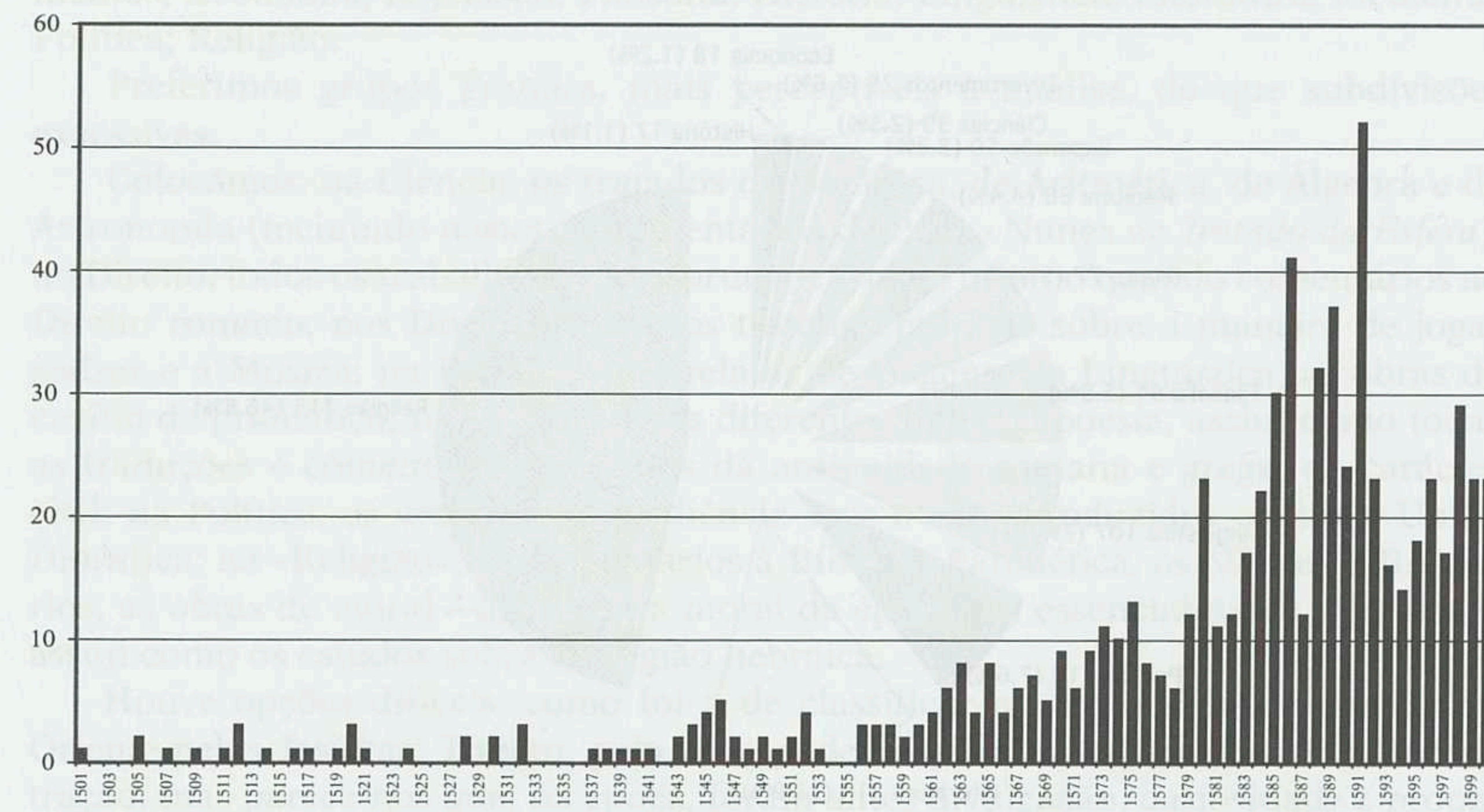
É certo que na religião entraram, como dissemos anteriormente, os diferentes escritos enviados pelos Jesuítas e que, sem dúvida, serviam também para satisfazer a curiosidade pela Expansão, mas não foi com esse objectivo, como já afirmámos, que foram produzidos.

A variação da temática ao longo do século

Os interesses variaram ao longo do século. Determinadas épocas tiveram mais apetência por certos temas do que outras. Vejamos o que se passou com a temática religiosa, talvez a mais complexa e mais representativa.

GRÁFICO N.º 4

Livros de religião de autores portugueses publicadas no estrangeiro,
ao longo do século XVI



Ao longo da primeira metade do século, o número das suas obras não se afastou do das de outras temáticas. Foi a partir de 1557 que começou a sua grande ascensão. Uma explicação plausível para o facto foi a realização do concílio de Trento. Muitos dos representantes de Portugal criaram teias de influências e de contacto, hoje insuspeitas ou pouco conhecidas. Os trabalhos granjearam-lhes, certamente, créditos, que mais tarde se projectaram na difusão da sua obra. Outros aproveitaram a sua presença em terras estrangeiras, para fazerem, *in loco*, edições dos seus livros, como aconteceu, por exemplo, com Diogo Paiva de Andrade, Bartolomeu dos Mártires, Francisco Foreiro, Gaspar Barreiros, Gaspar do Casal e Jorge de Santiago. A Contra-Reforma teve reflexos na produção de novas obras, em especial de parenética, moldada aos ventos novos e aos tempos novos. Efectivamente, foi essa a temática que ocupou um dos lugares cimeiros em toda a obra religiosa lusitana.

No seu topo, esteve, em número de volumes e de edições, a obra de um franciscano, Filipe Dias, hoje quase completamente esquecido e ignorado.

Uma das suas obras, *Quadruplicium concionum*, formada por seis volumes autónomos, conheceu 25 edições, em Salamanca, Lyon e Veneza, com a marca de diferentes impressores, embora algumas possam ter sido, hipoteticamente, edições em parceria, com a mudança das primeiras e últimas folhas, onde se indicava a casa impressora. Outras, também de sua autoria, tiveram similar êxito. A seu lado, no campo religioso, esteve o conjunto dos textos derivados da missão jesuíta, em maior número de obras mas em menor número de edições. Dava contas à Europa de como eram trazidos à cristandade tantos filhos novos quantos aqueles que, em países cristãos, se tinham perdido com a revolta de Lutero e de Calvino.

Quadruplicium concionum

	I . 1. ^a e 2. ^a	I	I . 3. ^a e 4. ^a	II	II	III	III . 1. ^a	IV	III . 2. ^a	V	IV	VI
1583	Salamanca		Salamanca		Salamanca							
1583-84			Salamanca									
1584	Salamanca		Salamanca		Salamanca		Salamanca		Salamanca			
1585	Salamanca		Salamanca				Salamanca		Salamanca		Salamanca	
			Veneza		Veneza							
1586	Salamanca		Salamanca		Salamanca						Salamanca	
	Lyon		Lyon						Lyon		Lyon	
	S. Pesnot		S. Pesnot						S. Pesnot		S. Pesnot	
			Lyon		Lyon		Lyon		Lyon		Lyon	
			Petri Landry		Petri Landry		Petri Landry		Petri Landry		Petri Landry	
							Veneza				Veneza	
1587			Veneza		Veneza				Veneza		Veneza	
1588					Salamanca							
	Lyon		Lyon		Lyon		Lyon		Lyon		Lyon	
			Veneza		Veneza		Veneza		Veneza		Veneza	
	Ioan. Baptistam Sessam & fratres		I. B. Sessam ...		I. B. Sessam ...		Ioan. Baptistam Sessam & fratres		Ioan. Baptistam Sessam & fratres		I. B. Sessam ...	
	(Dominicum de Farris)		(D. de Farris)		(D. de Farris)		(Dominicum de Farris)		(Dominicum de Farris)		(D. de Farris)	
			Veneza		Veneza		Veneza		Veneza		Veneza	
	Dominicum de Farris		D. de Farris		D. de Farris		D. de Farris		D. de Farris		D. de Farris	
1588-89			Veneza		Veneza		Veneza		Veneza		Veneza	
	Ioan. Baptistam Sessam & fratres		I. B. Sessam ...		I. B. Sessam ...		Ioan. Baptistam Sessam & fratres		Ioan. Baptistam Sessam & fratres		I. B. Sessam ...	
	(Dominicum de Farris)		(D. de Farris)		(D. de Farris)		(Dominicum de Farris)		(Dominicum de Farris)		(D. de Farris)	
1589	Lyon		Lyon		Lyon		Lyon		Lyon			
			Veneza		Veneza				Veneza		Veneza	
1590	Salamanca		Salamanca									
1590-1591							Salamanca		Salamanca			
1591			Veneza		Veneza		Veneza		Veneza		Veneza	
	haeredes Melchioris Sessae		h. M. Sessae		h. M. Sessae		haeredes Melchioris Sessae		h. M. Sessae		h. M. Sessae	
			Veneza		Veneza		Veneza		Veneza		Veneza	
	Damianum Zenarum		D. Zenarum		D. Zenarum		Damianum Zenarum		D. Zenarum		D. Zenarum	
			Veneza		Veneza		Veneza		Veneza		Veneza	
	Dominicum de Farris		D. de Farris		D. de Farris		Dominicum de Farris		D. de Farris		D. de Farris	
			Veneza		Veneza		Veneza		Veneza		Veneza	
	Franciscum de Franciscis		F. Franciscis		F. Franciscis		Franciscum de Franciscis		F. Franciscis		F. Franciscis	
			Veneza		Veneza		Veneza		Veneza		Veneza	
	Felicem Valgrisium		F. Valgrisium		F. Valgrisium		Felicem Valgrisium		F. Valgrisium		F. Valgrisium	
			Veneza		Veneza		Veneza		Veneza		Veneza	
	haeredes Ioan. Varisci, & Paganinum de Paganinis		h. I. Varisci, & P. de Paganinis		h. I. Varisci, & P. de Paganinis		haeredes Ioan. Varisci, & Paganinum de Paganinis		h. I. Varisci, & P. de Paganinis		h. I. Varisci, & P. de Paganinis	
1592-93					Salamanca							
1595			Veneza		Veneza		Veneza		Veneza		Veneza	
	Damianum Zenarum		D. Zenarum		D. Zenarum		Damianum Zenarum		D. Zenarum		D. Zenarum	
			Veneza		Veneza		Veneza		Veneza		Veneza	
	Dominicum de Farris		D. de Farris		D. de Farris		Dominicum de Farris		D. de Farris		D. de Farris	
1600			Veneza		Veneza		Veneza		Veneza		Veneza	
	haeredes Melchioris Sessae (Ioan. Antonij Bertani)		h. M. Sessae (I. A. Bertani)		h. M. Sessae (I. A. Bertani)		haeredes Melchioris Sessae (Ioan. Antonij Bertani)		h. M. Sessae (I. A. Bertani)		h. M. Sessae (I. A. Bertani)	
			Veneza		Veneza		Veneza		Veneza		Veneza	
	Ioan. Antonij Bertani		I. A. Bertani		I. A. Bertani		Ioan. Antonij Bertani		I. A. Bertani		I. A. Bertani	

A Reforma e as guerras religiosas fomentaram igualmente obra defensora e exaltadora da fé católica. Um exemplo maior foi o de D. Jerónimo Osório. Combateu as ideias protestantes, defendidas pelos dois reformistas do Império, Lutero e Calvino, no seu tratado *De Justitia Caelesti*, que conheceu nove edições, todas fora de Portugal (três em Veneza, todas em 1564, cinco em Colónia, 1572, 1574, 1581, 1586, e uma em Roma, 1592). Mas a famosa carta que Osório escreveu à rainha de Inglaterra, Isabel I, querendo persuadi-la a abjurar as doutrinas protestantes – com resposta de Walter (Gualter) Haddon, a quem o bispo português replicou... – deu origem a nada menos de 22 publicações, editadas por toda a Europa, de 1563 a 1592 (Veneza, Louvain, Paris, Antuérpia, Dillingen, Colónia, Trier, Lyon e Roma). O Bispo de Angra, D. Manuel de Almada, veio também em defesa do seu colega, publicando uma carta contra o autor protestante, em Antuérpia, em 1566. É que a obra de Dom Jerónimo Osório constituía um bom exemplo, para todos, em época de crise de fé. A cidade de Colónia, sede de um dos principais bispados do Império, tomou a seu cargo a difusão e a propaganda da sua obra. Todos os seus livros, sem excepção, conheceram mais de uma edição saída dos prelos de *Colónia Agripina*. Também as propostas de Maquiavel para a educação do príncipe mereceram a Osório críticas, do ponto de vista religioso, na obra *De Nobilitate Christiana*, com 16 edições, completas, fora de Portugal, e 4 edições só dos comentários a Maquiavel (Roma, Lyon, e Oberursel). À educação de um verdadeiro príncipe voltou, na obra *De regis institutione et disciplina*, traduzido para francês, em 1582, com o título *L'instruction et nourriture du prince*, mas já antes com três edições latinas em Colónia. Mas deixemos, por agora, a obra de D. Jerónimo Osório, pois a ela voltaremos daqui a pouco.

Portugal, atento aos conflitos que abalavam a Europa tentava, com os seus autores católicos, enfrentar a heresia. Outra obra que correu mundo, sendo mesmo considerada um dos maiores êxitos editoriais portugueses do século XVI, a *Imagem da Vida Cristã* de Frei Heitor Pinto, publicada em Português, em 1563 e 1572, em duas partes, foi traduzida para castelhano (conhecendo a primeira parte 13 edições e a segunda, sete), francês (4 e 2 edições respectivamente), Latim (3 edições) e Italiano (duas edições). Tudo isto justificava a produção religiosa e o seu incomparável êxito.

Interesses regionais

Diga-se, no entanto, que nem tudo interessava da mesma maneira a todas as regiões.

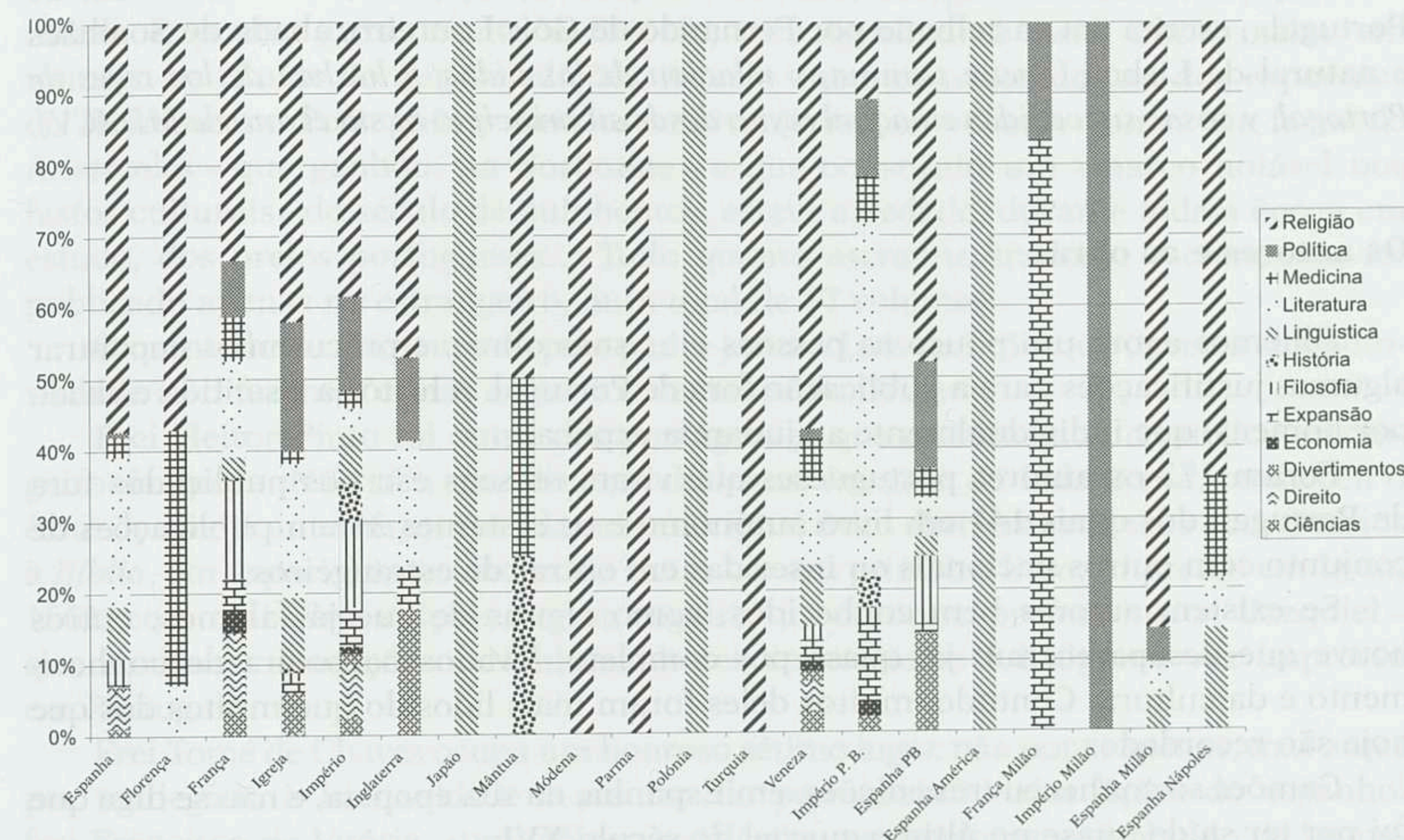
A Polónia, o Japão e a América Espanhola só editaram a *Gramática* de Manuel Álvares.

As obras sobre xadrez e música foram impressas, na sua maioria em Roma, e alguma na Espanha, na Inglaterra, no Império e em Veneza.

GRÁFICO N.º 5

Temática dos livros de autores portugueses publicadas no estrangeiro, ao longo do século XVI

(Distribuição, por países, em percentagens)



A Expansão interessou, especialmente, ao Império, à França, à Inglaterra, aos Países Baixos – mormente na fase em que estes estiveram ligados ao Império –, a Veneza e ao Milanato francês.

A Filosofia de autores portugueses interessou a franceses, espanhóis, súbditos do Império, venezianos e flamengos.

A Política foi um dos temas mais editados nos Estados da Igreja, o que era compreensível, dado que a maioria respeitava às orações de obediência ao Papa, impressas de imediato em Roma, para se distribuírem entre cardeais, bispos e embaixadores.

Pelas obras de Medicina tiveram preferência Florença, Mântua e Nápoles (em grande parte devido à impressão das diferentes *Centúrias* da obra de Amato Lusitano), seguindo-se-lhes a França, a Espanha, os Países Baixos, Veneza e o Império.

A Literatura teve interesse generalizado, sendo o segundo tema preferido pela Espanha, a Inglaterra e os Estados do Papa. A França também não lhe ficou indiferente, em especial quanto à literatura clássica, traduzida e comentada, entre outros, por um António de Gouveia.

O Direito cativou a França, a Espanha, o Império e, em muito menor escala, os Estados da Igreja. As Ciências importaram aos Países Baixos (ou não fosse Clúsio o tradutor e adaptador da obra de Garcia da Horta e Plantin o seu grande impressor), seguindo-se-lhes a França, Veneza, o Império e só depois a Espanha peninsular.

A Economia, grupo a que pertenceu apenas o *Tratado de Seguros* de Pedro de Santarém, foi editada pela França, o Império (em especial os Países Baixos) e Veneza.

A História teve impressões no Império e na França, sendo ainda um dos três temas que interessaram Mântua, onde se imprimiu, em 1596, uma «História de Portugal», escrita em castelhano por Fernando de Góis Loureiro, abade de Soalhães e natural de Lisboa (*Breue summa, y relacion de las vidas, y hechos de los reyes de Portugal, y cosas sucedidas en aquel reyno desde su principio hasta el ano de MDXCV*).

Os autores e as obras

Olhemos agora um pouco as pessoas e as suas obras, e procuremos encontrar algumas justificações para a publicação fora de Portugal. A história é sentida e vivida por homens, que individualmente a ajudam a explicar.

Foram 172 os autores portugueses que viram os seus escritos publicados fora de Portugal, dos quais 141 em livro autónomo e os restantes 31 em publicações de conjunto com outros nacionais ou inseridas em outras de estrangeiros.

Se existem autores bem conhecidos, como alguns de que já falamos, outros houve que desapareceram já, quase por completo, levados na poeira do conhecimento e da cultura. Contudo, muitos deles foram mais lidos do que muitos dos que hoje são recordados.

Camões só conheceu três edições, em Espanha, da sua epopeia, e não se diga que foi por ter saído quase no último quartel do século XVI...

André Eborense, que em muitas boas bibliotecas estrangeiras, como acontece nas italianas, aparece catalogado como sendo André de Resende, em vez de André Rodrigues, conheceu dez edições, 7 das quais posteriores a 1580, do seu livro de *sentenças e exemplos*, publicados em dois volumes, em Colónia, Lyon, Paris e Veneza.

Manuel Rodrigues, que poucos hoje conhecem, conseguiu, da sua obra *Explicação da Bula da Santa Cruzada*, com 1.ª edição em 1589, dezoito edições, para além de outras obras, em que complementava o assunto... Era antes a temática que apelava aos leitores.

Sessenta e sete autores conheceram mais de 5 publicações, entre originais, adaptações e traduções e 45 mais de 10 obras nas mesmas circunstâncias.

Em termos absolutos, contando apenas os volumes autónomos, o primeiro lugar coube ao Padre frei Filipe Dias, o tal franciscano hoje praticamente ignorado, com 134 tomos; trata-se, contudo, de um lugar discutível, visto resultar antes dos diferentes volumes que constituíram a sua obra de sermões, com várias edições que podem mais não ser do que variantes.

Seguiu-se-lhe o jesuíta Manuel Álvares, com as suas diferentes obras, num total de 82 publicações saídas de prelos distintos, e dedicadas ao ensino da gramática latina, cujo êxito se deveu ao facto de a sua *Gramática* ter sido o texto oficial adoptado nos colégios da companhia de Jesus de todo o mundo. Foi o resultado da encomenda feita, em 1566, pelo Geral dos Jesuítas, São Francisco de Borja, a fim de substituir a obra do flamengo João Despautério. Deve ter sido esta a obra de um

autor português com o maior número absoluto de edições durante toda a história da imprensa.

Em terceiro lugar, encontrava-se o Bispo do Algarve, D. Jerónimo Osório, representado com um conjunto de 80 volumes. Já explicámos, em grande parte, o seu êxito.

António de Gouveia, professor em diferentes colégios franceses, espanhóis e italianos, poeta, jurisconsulto e filósofo, teve igualmente vasta obra, maior em número de títulos do que de edições. Aquele que é considerado um dos expoentes do Humanismo Português e um dos intervenientes no «duelo» contra e a favor de Aristóteles – que ganhou, na Sorbonne – e que constituiu um «marco notável nos fastos culturais» do século de quinhentos, esteve arredado, durante toda a época em estudo, dos prelos portugueses... Tudo quanto escreveu, traduziu e comentou foi publicado apenas no estrangeiro, num total de 77 volumes.

O quinto lugar foi ocupado pelo padre jesuíta Luís de Fróis que deveu a sua notoriedade às diferentes cartas e escritos enviados do Oriente.

Frei Heitor Pinto foi outro dos portugueses que entusiasmou o público estrangeiro da época. Não só a sua obra em diálogos, *Imagens da Vida Cristã*, conheceu o êxito de que já anteriormente falámos mas igual êxito obtiveram os seus comentários à *Bíblia*, em especial às profecias de Isaías – o seu primeiro livro, impresso em Lyon, 1561, com mais sete edições no estrangeiro –, e do outro profeta maior, Ezequiel – que conheceu 6 edições... Nenhum destes comentários foi alguma vez impresso em Portugal.

Frei Tomé de Chaves ocupa um honroso sétimo lugar, não por si apenas, mas antes por ter legado à humanidade o resumo do pensamento e das lições do espanhol frei Francisco de Vitória, «um teólogo escolástico profundamente imbuído de humanismo e um renascentista solidamente estribado na teologia», de quem fora discípulo, em Salamanca; a sua obra, composta somente por este livro, conheceu 42 edições...

Aires Barbosa, gramático, poeta, helenista, discípulo dilecto de Nebrija, ocupa o oitavo lugar, não somente por si, mas igualmente por ter legado obra que foi divulgada e publicada juntamente com a do seu professor.

Só agora, em nono lugar, surge o nome de Damião de Góis, cuja obra apareceu em 38 publicações estrangeiras, 14 em livros de sua autoria, e 28 incorporadas em obras de colegas. Mas, a exemplo de outros, a sua obra não foi publicada fora de Portugal, só pela razão de ele se encontrar em terras estranhas... razão de ser de muitas outras publicações. A *Fides*, ou melhor, uma pequena parte deste texto, em que trata dos artigos de fé professados pelos Abissínios, foi aproveitada como complemento de uma obra de propaganda protestante, do teólogo David Krytrêus, sobre o estado da Igreja na Grécia, África, Hungria e Boémia, onde o texto de Damião de Góis apareceu em, pelo menos, seis edições.

Jorge de Montemor, natural de Montemor-o-Velho, ocupa o décimo lugar. Isso deveu-se, por um lado, ao facto de ter quase sempre vivido fora de Portugal e, por outro, ao grande êxito da sua novela pastoril *Diana*.

Foram estes, em números absolutos, os dez autores mais publicados pela Europa de Quinhentos.

Só depois vinham, entre aqueles que conheceram mais de dez publicações: Aquiles Estaço; o rei D. Manuel I; Amato Lusitano; frei Marcos de Lisboa; o padre

Pedro da Fonseca; o padre Manuel de Góis; o autor anónimo do relato da viagem de Pedro Álvares Cabral; Tomé Correia; o padre António de Almeida; Pedro Nunes; Aires Pinhel; Leão Hebreu; André de Resende; Pedro de Santarém; Manuel Soares de Ribeira; frei António de Sena; o rei D. João III; Manuel Constantino; o padre Francisco Cabral; frei Luís de Beja Perestrelo; o rei D. João II; o padre Gaspar Coelho; Pedro Damião; frei António Alvares; o padre Francisco Martins; o padre Duarte de Sande; Afonso Alvares Guerreiro; José Teixeira; Garcia da Horta; Fernão Lopes de Castanheda; Diogo Paiva de Andrade; André Rodrigues Eborense; e o escrito anónimo sobre a *Legatio David*, muitas vezes confundido com um semelhante escrito por Damião de Góis.

Seriam estes os resultados esperados? Não cremos.

A língua

Quanto à língua, não constituirá grande admiração se se disser que a grande maioria da produção foi publicada em latim – língua internacional, por excelência, tanto no que respeitava à religião, como ao direito e às ciências em geral –, o que efectivamente aconteceu com 1060 das obras, uns 69 %. Era a língua que todo o clero, todo o intelectual e todo o político falava, com um público consumidor certo.

Porém, a segunda língua – e isso talvez constitua alguma surpresa –, não foi o castelhano, como talvez se esperasse... mas antes o italiano, com 177 obras, ou seja uns 12%.

Em terceiro lugar, aliás quase em paralelo, vinham as obras em castelhano, com uns 10%, correspondendo a 160 publicações.

Mas se isto representa o panorama das principais línguas de edição, não corresponde ao das traduções... e uma outra realidade pode estar camuflada nos números. É que quase todos esses livros foram directamente escritos pelos seus autores em latim, e até mesmo em castelhano... raras foram as obras publicadas em latim, que tivessem sido anteriormente escritas em português. Uma delas, também a traduzida no maior número de línguas, foi a *Imagem da Vida Cristã*, de frei Heitor Pinto, cujas edições em latim saíram em Lyon (1589, 1590) e Colónia (1596). Outra foram os *Colóquios dos Simples e das Drogas*, de Garcia da Horta, adaptados por Cristóvão da Costa e com tradução de Carlos Clúsio, em diversas edições. A terceira foi a carta escrita pelo governador da Índia, D. Nuno da Cunha, em 1530, traduzida por André de Resende e publicada em Lovaina (1531) e em Colónia (1600). A obra do padre Manuel da Costa, jesuíta, foi igualmente adaptada e traduzida para latim por João Pedro Maffeo. O relato anónimo da viagem de Cabral, sucessivamente traduzido, teve diferentes versões, até acabar na compilação de João Baptista Ramúsio.

Muitos escritores lusitanos tiveram a possibilidade de escrever directamente em castelhano também... embora *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, constituísse um exemplo, entre outros, de versão do português para a língua de Cervantes, com três traduções diferentes.

No que respeita aos livros publicados em italiano, francês, alemão, inglês e neerlandês, julgamos que foram, na sua grande maioria, traduzidos quer do latim, quer

do português ou do castelhano. E tais traduções, nos diferentes romances de cada nação, mostram melhor o interesse local ou regional por essas obras. Havia um público burguês consumidor e interessado, transcendendo já o teólogo, o intelectual e o político, que impunha a tradução. Não se tratava de mera divulgação apenas.

Assim, temos um universo de 177 obras em italiano, 59 em francês, 35 em alto-alemão, 16 em inglês e 2 em neerlandês. Existiram ainda seis edições bilingues (italiano e castelhano) – na obra de Pedro Damião sobre a maneira de jogar xadrez –, e uma mesmo trilingue (francês, neerlandês e latim), publicada em Leiden, e que era a justificação que D. António, Prior do Crato, escreveu no exílio.

Fernão Lopes de Castanheda foi quem maior número de traduções conheceu. A *História do Descobrimento da Índia*, completa ou em partes, foi traduzida para alemão, para castelhano, para francês, para inglês e para italiano. Seguiu-se-lhe frei Heitor Pinto que viu a sua obra traduzida para o castelhano, o francês, o italiano e o latim. D. Jerónimo Osório viu algumas das suas obras serem traduzidas em francês e em inglês. No panorama das traduções, não devemos esquecer frei Marcos de Lisboa, *A crónica da ordem dos frades menores*, em 3 partes, as duas primeiras, com edição original em português, traduzidas também em castelhano e, depois, em italiano e francês.

No que respeita à língua, resta ainda chamar a atenção para nove, que o foram em português e cuja razão nos pode, por vezes, escapar. Encontram-se nesse caso *As Horas de Nossa Senhora*, de frei João Claro e Luís Fernandes, publicadas em Paris, com data de 13 de Fevereiro de 1500, o que, na era vulgar corresponderia a 1501 – já que a contagem do ano, em Paris, começava com a Encarnação –, e que conheceu novas edições, na mesma língua e localidade, em 1560 e 1563. Em Salamanca, publicou-se em português, em 1521, a obra de Xisto Figueira, *Arte de rezar as horas canonicas: ordenado segundo as regras & costume Bracharense*. Damião de Góis aproveitou a sua passagem por Veneza para aí publicar em português aqueles que são hoje os seus livros mais raros, a tradução para vernáculo do escrito de Cícero, *Catam maior ou da velhice*, e *Ecclesiastes de Salamam* publicações certamente paga pelo bolso do próprio Damião de Góis e por este destinada a ofertas, o que pode justificar a sua raridade. Frei Diogo de Castilho, monge de Alcobaça, publicou em Lovaina, em 1538, o *Livro da Origem dos Turcos he de seus Emperadores*. A própria administração portuguesa recorreu ao famoso impressor de Sevilha, Cromberger, para aí realizar, em 1538, uma nova impressão da segunda compilação das *Ordenações do Reino*. Samuel Usque, um lusitano da diáspora hebraica, publicou em Ferrara, em 1553, a obra *Consolaçam as tribulaçoens de Ysrael*. E, por fim, Bernardim Ribeiro viu publicada a segunda edição da sua *Hystoria de Menina e Moca*, em 1559, em Colónia.

O caso das traduções esclarece-nos, para além do interesse por determinados temas – em especial os que relatavam feitos ligados com a Expansão, quer fosse o relato de viagem por mar feito por Pedro Álvares Cabral, quer fosse a obra de Francisco Álvares, quer fossem as embaixadas do rei da Etiópia, ou as muitas cartas enviadas pelos jesuítas, ou ainda os escritos de Castanheda, Góis e Osório – que no estrangeiro se estava atento à produção portuguesa. As orações de obediência ao papa não demoravam a ser traduzidas. As cartas enviadas pelos jesuítas mostram que, em média, dois anos depois de escritas, estavam, na maioria, traduzidas e publi-

cadadas em italiano, castelhano, francês e até alto-alemão. É certo que podemos explicar esse facto pela «máquina» de propaganda bem organizada da Companhia de Jesus.

A divulgação

Observemos o tempo que mediou entre a publicação, em Portugal e no estrangeiro, de cada uma das obras de Jerónimo Osório. *De Nobilitate Civili* demorou sete anos a ser traduzida para francês e 34 anos para inglês. Mas a já citada carta à rainha Isabel I de Inglaterra, um ano depois da sua publicação em Lisboa (1562), estava já traduzida em francês e, três anos depois, em inglês. A réplica, publicada em Lisboa, em 1567, achava-se traduzida em inglês, na católica cidade de Lovaina, no ano seguinte. *De Regis institutione et disciplina* demorou onze anos a ser traduzida e publicada em francês, o mesmo tempo que demorou a preparar e a imprimir a tradução do *De Rebus Emmanuelis Regis*, igualmente para francês. Mas a difusão da sua obra em latim, com a consequente impressão, foi bem mais rápida, começando a internacionalização em Florença, em 1552. Conhecido o seu valor, bastaram, em média, um a dois anos, para ser publicada no estrangeiro a sua obra posterior.

Título	1.ª edição em Portugal	1.ª edição fora de Portugal		
	Latim	Latim	Francês	Inglês
<i>De nobilitate civili...</i>	Lisboa, 1542	Florença, 1552	Paris, 1549	Londres, 1576
<i>De Gloria ...</i>	Coimbra, 1549	Florença, 1552		
<i>Epistola...ad... Elisabetam</i>	Lisboa, 1562	Veneza, 1563	Paris, 1563	Antuérpia, 1565
<i>De Justitia...</i>		Veneza, 1564		
<i>In Gualterum ...</i>	Lisboa, 1567	Dillingen, 1569		Lovaina, 1568
<i>De Regis Institutione...</i>	Lisboa, 1571 (1572)	Colónia, 1572	Paris, 1582	
<i>De Rebus Emmanuelis Regis...</i>	Lisboa, 1571 (1572)	Colónia, 1574	Paris, 1581	
<i>In Isaiam Paraphrasis</i>		Bolonha, 1577		
<i>De Vera Sapientia</i>	Lisboa, 1578	Colónia, 1579		
<i>Intr. ao Defensio Tridentinae Fidei</i>	Lisboa, 1578	Ingolstadt, 1579		
Outra obra		Roma, 1592		

Conclusão

Em conclusão, a cultura portuguesa não estava isolada, nem esquecida nem ignorada pela restante Europa. Parte importante sua foi mesmo produzida e consumida em terras estranhas. Até hoje, talvez não se suspeitassem o interesse e o peso que a cultura religiosa portuguesa desempenhou no estrangeiro, e a vasta actividade dos prelos não nacionais na produção de livros em latim. Por outro lado, conhecidas como eram já as linhas gerais do interesse estrangeiro pela expansão em suas várias vertentes – descobertas, conquistas, missionação –, não se sabiam muitos pormenores da **quantidade** desse interesse do ponto de vista bibliográfico. No conjunto é uma nova visão que aqui se tentou mostrar... são novas portas da cultura portuguesa que se abriram e que têm agora de ser mais aprofundadas. O que esses homens diziam de novo para tanto interessar a Europa são caminhos para novas investigações e para novas sínteses.

(Dado o elevado número das obras que teriam de ser referenciadas nas fontes e bibliografia, remetemos o leitor para a obra de conjunto em vias de publicação).